



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

EMENDA Nº **– CCJ**
(ao PL 1388, de 2023)
Modificativa

Alterem-se os arts. 14, 17 e 18 do Projeto de Lei nº 1388, de 2023, nos termos a seguir:

“**Art. 14.**

.....

X – atuar parcialmente, em conluio com a acusação, na prática de *lawfare*.

§ 1º

.....

§ 2º Considera-se *lawfare* o uso de instrumentos, extrajudiciais ou judiciais, para forçar alguém a defender-se, causando-lhe danos, patrimoniais ou morais, inclusive em razão de exposição midiática, com finalidade ilegítima ou obrigando-lhe a despender tempo e recursos na sua defesa judicial ou extrajudicial.”

“**Art. 17.**

.....

X – praticar *lawfare*, assim entendido como a conduta prevista no art. 14, § 2º, desta Lei.

.....

§ 2º Aplica-se o disposto nos incisos I a VIII e X a todos os membros do Ministério Público da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios.” (NR)

“**Art. 18.**

.....

X – deixar de adotar as medidas necessárias para coibir a prática de *lawfare*, quando realizada por membro do Poder Judiciário ou do Ministério Público.

§ 1º.....

§ 2º Para fins do inciso X do *caput* deste artigo, entende-se por *lawfare* a conduta prevista no art. 14, § 2º, desta Lei.

.....”



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

Define-se como *lawfare* o “uso estratégico do direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo”¹.

Trata-se do uso (ou, mais precisamente, do abuso) da lei como uma sofisticada e dissimulada arma de guerra, com o objetivo de causar dano, retirar a legitimidade ou forçar o adversário a desperdiçar tempo ou recursos financeiros.

Recentemente assistimos aos inúmeros excessos do lavajatismo, com efeitos devastadores para a economia, a sociedade e também para a vida pessoal dos investigados. A literatura também documenta com precisão e detalhes os abusos e excessos ocorridos em outras situações que antecederam ou sucederam a Operação Lava Jato, tais como a “Operação Calvário”² (a “Lava Jato da Paraíba”) e investigação policial que levou à trágica morte de Luiz Carlos Cancellier³. São momentos tristes em nossa história que devemos evitar repetir.

Essas situações têm um fator comum: Poder Judiciário e Ministério Público apresentaram falhas institucionais graves, pois não coibiram o comportamento inadequado de seus membros. Integrantes dessas instituições agiram de forma parcial: um alvo era escolhido e fazia-se de tudo para obter sua condenação, em desrespeito ao devido processo penal e ao Estado Democrático de Direito. Houve inclusive, na Lava Jato, o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da parcialidade do magistrado de primeira instância, devido a conversas absolutamente inapropriadas e ajustes realizados entre ele e membro do Ministério Público, em prejuízo dos réus (e, em especial, do Presidente Lula).

Por outro lado, não houve punição aos agentes públicos responsáveis pelo *lawfare* na Lava Jato. Muito pelo contrário: os atores centrais da operação abandonaram seus cargos e lançaram-se na política (ocupando cargo de ministro, senador e deputado federal), o que demonstra, por si só, que essa foi, desde o início, sua intenção. Com isso, o Poder Judiciário e o

¹ ZANIN MARTINS, Cristiano. ZANIN MARTINS, Valesta Teixeira. VALIM, Rafael. *Lawfare*: uma introdução. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019. p. 21.

² Vide, a respeito, RODRIGUES, Amanda. O outro lado: O quebra-cabeça da Justiça na Operação Calvário. Comunicação de Fato Editora.

³ MARKUN, Paulo; NUNES, Alceu Chiesorin. Recurso final: A investigação da Polícia Federal que levou ao suicídio de um reitor em Santa Catarina. Editora Objetiva.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Ministério Público perderam parcela do valor mais importante: sua credibilidade perante o povo brasileiro.

Nessa trilha, entendemos que houve também grave falha do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público ao permitirem que membros do Judiciário e do Ministério Público se utilizassem de seus cargos politicamente e com exposição pública dos investigados. Durante anos, chegaram ao conhecimento do CNJ e do CNMP inúmeras representações e reclamações disciplinares, as quais, infelizmente, não prosperaram. Somente após a revelação de diálogos no âmbito da Vaza Jato é que os conselhos esboçaram uma pequena, tardia, e pouco efetiva reação.

Apresentei dois projetos de lei com o objetivo de evitar, em nosso país, a prática do *lawfare* (PL 2015/2023 e PL 2016/2023). Esta emenda complementa-os, ao instituir que agentes públicos da mais destacada importância em nossa República tenham responsabilidade jurídica e política por suas decisões, evitando que a máquina pública siga sendo utilizada por agentes sem qualquer consciência da grandeza do cargo que ocupam como instrumento de perseguição e promoção pessoal.

Senado Federal, de de 2023.

Senador ROGÉRIO CARVALHO
PT/SE